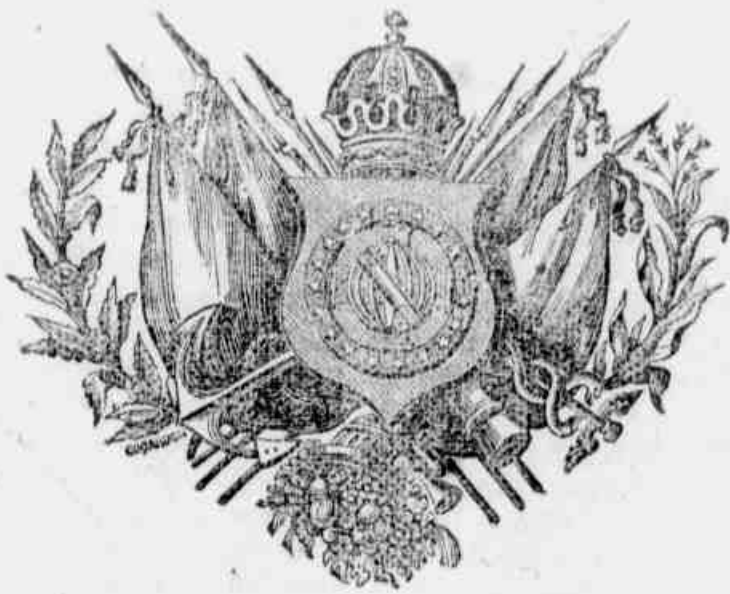




DIARIO DE PERNAMBUCO.

PERN. NA TYP. DE M. F. DE FARIA. 1837.

DIAS DA SEMANA.

- 11 Segunda S. Theodoro Penit. Aud. do juiz do Cr. de de t. ses. da T. Publica.
- 12 Terça S. Anta V. M. Rel. de m. e aud. do J. dos O. de t.
- 13 Quarta S. Felipe m. Ses. da T.
- 14 Quinta Exaltação da Santa Cruz. Lou' cheia as 11 h. e 6 min. da m.
- 15 Sexta S. Domingos de soriano sesses. da Thes. Pub. aud. do J. de O. de t.
- 16 Sabado S. Cornelio e Cipriano. Rel. de m. e aud. do V. G. de t. em Olinda.
- 17 Domingo Festa das dores de N. S.

mare' cheia para o dia 13 de Setembro. As 4 horas e 6 m. da t. - 3 h. e 42 m. da m.

Tudo agora depende de nos mesmos da nossa prudencia, moderação, e energia: continuemos como principiamos, e seremos apontados com admiração entre as Nações mais cultas.

Proclamação da Assembleia Geral do Brasil

Subscreve-se a 1000rs. mensaes pagas adiantadas, nesta Typografia, rua das Cruzes D. 3, e na Praça da Independencia N. 37 e 38: onde se recebem correspondencias legalizadas, e annuncios: inserindo-se estes gratis tendo dos proprios assignantes, e vindo assignados.

CAMBIO.

Setembro 12.

Londres 30 1/2 a 30 Da. St. por 1. crl.
Lisboa 65 por oio premio, por metal, Nom.
França 316 a 320 Rs. por franco
Rio de Jan. 6 p. c. de prem.
Moedas de 6,400 15,000 as velhas, novas 13,000
4,000 7,000 a 7,200
Pezos Colunares 1,581
ditto Mexicanos 1,550 1,570
Patações Brasileiros 1,580
Premio das lettras, por mez 1 1/2 por oio
Cobre apar das Sedulas

PARTIDA DOS CORREIOS.

Olinda. Todos os dias ao meio dia.
Goiana, Alhandra, Paraíba, Villa do Conde, Maranguape, Pilar, Real de S. João, Brejo d'Acra, Rainha, Pombal, Nova de Souza, Cidade do Natal, Villas de Goianinha, e Nova da Princesa, Cidade da Fortaleza, Villas do Aquidau, Monte mor novo, Aracaty, Camavel, Caninde, Granja, Imperatriz, S. Bernardo, S. João do Principe, Sobral, Nova de Riley, Ico, S. Mathens, Rescho do sangue, S. Antonio do Jardim, Quixeramobim, e Parnahyba - Segundas e Sextas feiras ao meio dia por via da Paraíba, Santo Antão - Todas as quintas feiras ao meio dia. Garanhuns, e Bonito - nos dias 10 e 23 de cada mez ao meio dia. Flores - no dia 13 de cada mez ao meio dia. Cabo, Serintim, Rio Formoso, e Porto Calvo - nos dias 1, 11, e 21 de cada mez.

PARTE OFFICIAL.

RIO DE JANEIRO.

CAMARA dos SENADORES.

Sessão do dia 19 de Julho.

Presidencia do Sr. Marquez de Baependy

Aberta a Sessão, leu-se, e approvou-se a acta da anterior.

O Senhor primeiro Secretario fez o expediente.

Ordem do dia.

A discussão addiada hontem do artigo 4. e seus §§ do Projecto letra O - sobre a prohibição da importação de escravos. Lerao-se as emendas hontem offerecidas.

Emenda para se collocar onde convier.

Não se comprehendem nas disposições do artigo 4. os Navios destinados a receber colonos brancos, huma vez que, 1. os Capitães ou donos, no acto de despaçar os Navios em qualquer porto do Brasil, fação perante a Authoridade superior d'Alfandega declaração expressa de cada um dos objectos designados nos §§ do artigo 4. que houver sido recebido a bordo como necessario para o transporte de colonos brancos; 2. que preste fiança idonea do valor do Navio, de que não vai para os portos d'Africa; 3. o que se lavre auto em hum livro especial, que para isso houver nas Alfandegas, inserindo-se a declaração dos objectos, o termo da fiança, e o porto para onde se destina o Navio. Hum traslado autentico deste auto, subscripto pelo Escrivão d'Alfandega, e assignado pelo Inspector, sera o titulo indispensavel para provar que o Navio vai receber colonos brancos. M. de Barbacena.

He appoiada, e entra em discussão.

Julgando-se a materia discutida, he approvedo o artigo 4. e seus paragrafos, salvas as emendas. São approvedas as emendas aos paragrafos 4., 5., e 8., sendo regeitadas a do Senhor M. de Barbacena offerecida nesta discussão, e igualmente a do Senhor Vergueiro sobre o mesmo objecto da do Senhor M. de Barbacena.

Entra em discussão o seguinte.

Art. 5. São autores do crime de importação de escravos, ou de pretos livres e da tentativa desta importação o Capitão ou mestre, Piloto, e o Contramestre, da embarcação, o Sobrecarga da negociação; os que coadjuvarem o desembarque de escravos, ou pretos livres no territorio Brasileiro, ou concorrerem para se occultarem no mar ou por qualquer ou-

tro modo serem subtrahidos ao conhecimento da Authoridade Publica, ou a apreheção.

São appoiadas, e entrao em discussão as seguintes emendas.

Artigo substitutivo ao 5.º do Projecto.

São autores deste crime.

1.º O Commandante, mestre, contramestre, piloto, e sobre carga da negociação.

2. O que scientemente deu ou recebeu o frete, ou por qualquer titulo da embarcação destinada para commercio de escravos.

3. Todos os interessados na negociação e todos os que scientemente fornecerão fundos, ou por qualquer motivo derão ajuda, e forão auxiliando o desembarque, ou consentindo nas suas terras - Lucio.

Artigo para servir de 6.

São cúmplices.

1. Todos os que scientemente comprarem ou receberem em terra os mesmos Africanos.

2. Todas as Authoridades policiaes, que directa ou indirectamente protegerem este commercio terrestre, ou forem convencidas de desleixo e omissão em fazerem efectiva a apreheção destes Africanos. Lucio.

Ao artigo 5.

Depois das palavras « sobre carga da negociação » acrescenta-se -- e os donos della -- o resto do artigo substitua-se assim e são cúmplices os que coadjuvarem desembarques de escravos ou pretos livres no territorio Brasileiro, ou concorrerem por qualquer modo para serem introduzidos no interior, ou para se subtrahirem a authoridade publica não so no mar como dentro da huma legoa das praias. M. de Barbacena.

Não havendo mais quem tome a palavra julga-se discutido o artigo, e posto a votos he approvedo com a emenda do Sr. M. de Barbacena, e regeitada a do Sr. Lucio.

Entra em discussão o artigo 6 seguinte.

Art. 6. Os Autores deste crime sofferao a pena de 3 a 9 annos de d'gredo para a Ilha de Fernando, alem disso serão condemnados em commum, e obrigados cada hum in solidum as despesas da reexportação dos escravos, ou pretos livres para os portos de onde vierão, sendo as despesas fixadas por arbitros.

O Senhor M. de Barbacena offerce a seguinte.

Emenda.

Em lugar da pena do artigo -- substitua-se a pena de pirataria constante do Codigo o mais como no artigo. He appoiada.

O Sr. Lucio apresenta a seguinte

Emenda:

Ao artigo 6. para ser collocado aonde convier: primeira parte acrescenta-se a multa pecuniaria de 4.000\$ rs.: segunda parte, os escravos vendidos dentro de hum anno, contados da sua importação, ficarão sujeitos a huma multa de 20 por cento do seu valor: a falta do pagamento desta multa sujeita o contracto as penas estabelecidas contra os que não pagão sisas o Governo dara o regulamento necessario, para que esta cobrança se faça efectiva. Lucio.

He appoiada, e julga-se discutido o artigo com as emendas, e posto a votos, he approvedo o artigo com a emenda do Senhor Barbacena, e a primeira parte da do Senhor Lucio, regeitando-se o resto della.

Entra em discussão e le-se o seguinte

Art. 7. As embarcações importadoras, ou destinadas a importação de escravos serão confiscadas com todos os seus pertences e carga encontrada a bordo. Serão igualmente confiscados todos os barcos empregados no desembarque, occultação ou extravio dos escravos, ou pretos livres sendo apprehendidos neste serviço.

O Senhor Paula e Souza sustentando o artigo offerece a seguinte emenda.

Na primeira parte depois da palavra - escravos - acrescenta-se « ou pretos livres » e na segunda parte supprime-se as palavras -- sendo apprehendidos neste serviço.

He appoiada, e depois da pequenas observações de alguns Senhores, julga-se discutido o artigo e he approvedo com a emenda; do Sr. Paula Souza.

Entra em discussão o seguinte.

Art. 8. O producto da carga, navios e barcos apprehendidos sera applicado em beneficio dos apresadores deduzindo-se hum quarto para os denunciadores, se os houver, e para as despesas que possão occorrer na apreheção. Os navios, e barcos immediatamente depois da condemnación, se ão desmanchados, e vendidos em partes separadas.

O Senhor M. de Barbacena defende o Projecto, e o artigo, offerecendo a seguinte

Emenda.

O producto da carga, navios, e barcos apprehendidos em qualquer ponto da Costa do Brasil, ou no alto mar, sendo navio Brasileiro sem escravos a bordo, sera applicado a beneficio dos apprehensores deduzidas as despesas da apreheção, a quarta parte para os denunciadores, havendos. Os navios e barcos immediatamente depois da condemnación serão desmanchados, e vendidos em parte separadas. He appoiada.

O Sr. Paula e Souza offerce a seguinte

te sub-emenda a emenda ou artigo 8. do Senhor M. de Barbacena, para se ridigir dividamente.

Que estas disposições são para os navios não comprehendidos nos Tratados com a Inglaterra, e que a mesma disposição a respeito das apprehensões na Costa abrange todos os navios Nacionais e Estrangeiros.

He appoiada, e dando a hora fica addiada o artigo e as emendas.

O Senhor Presidente marca para ordem do dia 1.º a continuação desta discussão addiada, 2.º a mais materia ja dada.

Levantou-se a Sessão as duas horas da tarde.

CAMARA dos DEPUTADOS.

Sessão do dia 19 de Julho de 1837.

Presidencia do Senhor Araujo Lima.

A's 10 horas feita a chamada achando-se numero sufficiente de Srs. Deputados, o Senhor Presidente declara aberta a Sessão.

Lida a acta da antecedente foi approveda.

O Senhor primeiro Secretario fez o expediente.

Ordem do dia.

Entrem em discussão a seguinte Resolução N. 24 deste anno sobre os Cursos Juridicos.

Art. 1.º A congregação dos lentos das academias juridicas de S. Paulo e Olinda, fica authorizada a admitir e habilitar para fiserem acto os estudantes que perante ella mostrarem, que frequentarão como ouvintes, e septislerão os deveres da aula, quando por motivos justos não tiverem podido matricular-se no principio do respectivo anno, com tanto porem, que as faltas, que tiverem não excedão as que na forma dos estatutos fazem perder o anno.

Art. 2. Podem ser admitidos a matricula em quaisquer dos annos os estudantes brasileiros ou estrangeiros, que se mostrarem habilitados nos annos anteriores por exames feitos em qualquer das Universidades estrangeiras.

Depois de alguma discussão ficou a materia addiada pela chegada do Senhor Ministro do Imperio.

Introduzido na Sella o Senhor Ministro do Imperio, continua a discussão do Orcamento da Repartição a seu cargo com as emendas ja appoiadas nas Sessões anteriores.

Depois de hum longo debate em que fallão os Senhores Calmon, Barreto e

droso, Galvão, e Ministro do Imperio: ficou ainda a discussão adiada pela hora.

O Sr. Ministro retira-se com as formalidades do Regimento.

O Sr. Presidente deu para ordem do dia a mesma de hoje.

Levantou-se a Sessão as duas horas da tarde.

PERNAMBUCO.

Quartel do Commando das Armas 9 de Setembro de 1837.

Ordem adicional.

Pelo brilhante aparato, firmess, e regularidade, que realçará no desenvolvimento dos Corpos que formará a Grande parada, não pode deixar o Commandante das Armas de testemunhar os seus merecidos encomios. Elle por tanto louvando o digno comportamento de todas as praças em geral, dirige em particular aos Srs. Officiaes, Commandantes de Divisões, Brigadas, Corpos, e Esquadrão, e aos do seu Estado maior os seus distintos agradecimentos, e a expressão do Governo, cuja integra faz transcrever. Ilm. Sr. V. S. louvára da parte deste Governo os Corpos da Guarda Nacional, e 1. Linha, que formará a Grande Parada do dia 7 do corrente, pelo acceio, disciplina, e regosijo, com que se apresentarão, o que cada vez torna mais recomendaveis os Cidadãos de que elles se compoem.

Deos Guarde a V. S. Palacio do Governo de Pernambuco 9 de Setembro de 1837. Vicente Thomaz Pires de Figueredo Camargo. Sr. Tenente Coronel e Commandante das Armas Ignacio Correia de Vasconcellos. Assignado.

Ignacio Correia de Vasconcellos

Expediente.

Officio — Ao Exm. Presidente, remetendo-lhe um officio do Tenente Coronel Presidente do Conselho de Guerra a que responde o Tenente F. V. de M. e A., para que em vista de seu conteúdo tivesse a bondade de providenciar como mais acertado fosse, e entendesse.

Dito — Ao Inspector do Thesouro, remetendo-lhe a informação do Commandante interino do 4.º Corpo d'Artilheria a respeito dos vencimentos que se ficara devendo ao falecido Jose de Messias, exigida em seu officio de 25 do mez antecedente.

Dito — Ao Tenente Coronel Commandante nomeado para a Ilha de Fernando, dizendo-lhe que convidado o Commando das Armas informado do estado da Força que compunha a Guarnição da mesma Ilha, lhe remetesse pela Embarcação que o conduzia um mappa da mesma Força, com especificação do armamento, e fardamento, vindo acompanhado de um officio no qual se notasse o estado de Disciplina, e occorências mais notaveis que tiverem tido lugar. Que o mappa ora pedido devia ser enviado a Secretaria Militar sempre que da Ilha viessem embarcações para esta Capital, e que dando suas ordens para que esta imprerivelmente se cumprisse, mandasse tão bem o mappa n.º 6 dos arts. Bellicos conforme o modelo que parava em mão do actual Commandante da Ilha.

Dito — Ao Major Commandante do Batalhão 7.º de Cassadores, communicando-lhe a demissão que teve na Provincia do Rio Grande do Norte em 25 do mez antecedente o soldado ali destacado Luiz de França e ordenando-lhe, que em seus assentos fizesse as competentes verbas.

Dito — Ao Capitão Commandante interino do 4.º Corpo de Artilheria, mandando considerar em Commissão na Provincia do Rio Grande do Norte o 1.º Sargento Gradado Brigada Manoel Pereira Barbosa, que estando ali destacado foi pelo respectivo Presidente nomeado Instrutor parcial de um dos Batalhões da G. N. do Municipio da Villa do Principe.

Dito — Ao mesmo, mandando em atenção ao que lhe representou o soldado Francisco Antonio, que elle fosse destacado para a Ilha de Fernando até completar

o tempo do seu engajamento. Que considerasse tão bem destacado na mesma Ilha ao Cadete Jose Marinho Cavalcanti de Albuquerque, e que a ambos mandasse avisar para embarcarem na manhã do dia 12 deste mez no Brigue Victoria, que para ali se dirige.

Dito — Ao mesmo, mandando que na manhã do dia 12 fizesse embarcar no Brigue Victoria o Soldado Jose Firmino Carneiro, que estaria destacado na Ilha de Fernando até que d'ali viesse Embarcação deixando de o excluir do Corpo em atenção as razões que expoeu em observação da relação, que acompanhou ao seu officio de 2 deste mez na parte que lhe era relativa.

Portaria — Ao Major Commandante do Batalhão 7.º de Cassadores, mandando desligar, e remetter com guia de passagem para o Deposito do Brum, a 3 praças cujos nomes se mencionaráo.

Dito — Ao Capitão Commandante da Fortaleza do Brum, mandando receber no Deposito as praças de que tracta a antecedente Portaria.

Dito — Ao Capitão Commandante interino do 4.º Corpo d'Artilheria, mandando desligar, e remetter com guia de passagem para o Deposito do Brum, a 7 praças cujos nomes se mencionaráo.

Dito — Ao Capitão Commandante da Fortaleza do Brum, mandando receber no Deposito as praças de que tracta a antecedente Portaria.

Dito — Ao Commandante da Fortaleza do Brum, mandando desligar do Deposito e embarcar no dia 12 do corrente no Brigue Victoria as 24 praças, que hão faser a Guarnição da Ilha de Fernando, devendo todas irem fardadas, e pagas, de Etapa a vespresa do embarque, e de soldo até 15.

DIVERSAS REPARTIÇÕES.

TRIBUNAL DA RELAÇÃO.

Sessão de 12 de Setembro de 1837.

Na appellação Civil do Juizo do Civil desta Cidade appellante Jose Francisco Pinto Guimarães, e appellada Thomaia Barbara Coimbra, Escrivão Posthumo. Não se tomou conhecimento da appellação por ser apresentada muito fora do termo legal.

Na appellação Civil do Juizo da Província desta Comarca, appellantes Eduardo Pereira da Costa, e Francisco da Costa Martins, appellados o Doutor Francisco Joaquim das Chagas e outro; foraõ julgados os autos da habilitação, Escrivão Chaves.

THEZOURARIA DA PROVINCIA.

EDITAL.

Não se tendo effctuado a arrematação do Dízimo do Capim de planta do Municipio do Recife e a do imposto de vinte por cento d'aguardente do consumo do Municipio do Bonito: o Ilm. Senhor Inspector da Fazenda, manda faser publico, que a mesma arrematação se realisará imprerivelmente no dia 15 do corrente mez.

Secretaria da Fazenda de Pernambuco 12 de Setembro de 1837.

Joaquim Francisco Bastos,
Official Maior.

ALFANDEGA DAS FAZENDAS.

O Brigue Inglez Bonanza, vindo de Copenhagem, entrado em 11 do corrente; Capitão John-Herr, consignado a Harrison Latham e Hibbert.

Manifestou o seguinte.

1475 barricas com farinha, 250 meias ditas com ditos, 6000 tijolos para laço.

MEZA DAS DIVERSAS RENDAS.

— A pauta he a mesma do N. 125.

CORREIO.

O Pataxo Inglez Pandora recebe as malas para a Bahia e Rio de Janeiro hoje ás 3 horas da tarde.

A Sumaca Feliz Americana de que he Capitão João Antonio Gomes sai para o Alacati no dia 26 do corrente.

O Paquete N. Lebre do qual he Commandante, Jesuino Lamego Costa, parte para o Rio de Janeiro no dia 20 do corrente, tocando nos portos, de Alagoas, e Bahia, recebe a mala na vespresa as 9 horas da noite: quem nelle quiser carregar, ou hir de passagem dirija-se a esta Administração do Correio.

O Brigue Escuna Lauria 2.ª recebe a mala para o Maranhão no dia 14 as 11 horas da manhã.

PREFEITURA.

Parte do dia 10 de Setembro.

Ilm. e Exm. Sr. — Foraõ presos a minha ordem, e tiverão destino, os individuos seguintes: Francisco Antonio, branco, marujo, pela 1.ª patrulha do Corpo Santo, por estar sedusindo pelas 8 horas da noite a um escravo de Francisco Xavier de Miranda, para o furtar, e levar para seu bordo; Jose, preto, escravo de Antonio de Souza Maia, pela 2.ª patrulha da Madre de Deus, por ser encontrado em trages de mulher; Antonio da Silva de Oliveira, branco, pela mesma patrulha, por ser encontrado com o dito preto; Manoel do Nascimento, pardo, pelo Sub-Prefeito de Santo Antonio por ebrio; Manoel Jose Rodrigues, branco, pelo mesmo Sub-Prefeito, por ser encontrado saltando do telhado da casa de Francisco de tal, por alicinha Xico Bahiano, a qual havia sido varejada por furto de escravo, constando depois ser aquelle Rodrigues agente, e vendedor de cavallos furtados; Severina Maria, preta forra, pela Guarda da Ribeira da Boa-vista, por ser vagabunda; Dionisia das Mercês, também preta e forra, pela 2.ª patrulha da Santa Cruz por ter insultado com termos injuriosos a um sujeito, e depois a mesma patrulha; Francisco Socó, também preto forro, pelo Sub-Prefeito dos Affogados, por ter de costume embriagar-se para insultar impunemente a quem elle quer; e Candido Alexandre, pardo, pelo mesmo Sub-Prefeito por furto de 16 pelles de marroquim; 2 patacões, e um anelão a Francisco de Assis.

O Carcereiro participa-me, que entregando elle hontem duas parelhas de presos acorrentados ao soldado de Policia Joaquim Francisco da Silva, que estava de faxina a Cadeia, a fim de os acompanhar no serviço externo da mesma Cadeia, succedeo, que, na occasião de as ditas parelhas carregarem o Caldeirão para a cozinha, fugisse o pardo Bento, escravo de D. Antonio Florinda, recolhido a requerimento de sua Senhora, por negligencia do referido soldado.

Não consta, que houvesse mais novidade.

Deos Guarde a V. Ex. Prefeitura da Comarca do Recife 10 de Setembro de 1837.

Ilm. e Exm. Senhor Vicente Thomaz Pires de Figueredo Camargo, Presidente da Provincia — Francisco Antonio de Sá Barreto, Prefeito da Comarca.

Parte do dia 11.

Ilm. e Exm. Sr. — Foraõ presos a minha ordem, e tiverão destino: Joaquim preto, escravo de Manoel do Nascimento Wanderlei, pela patrulha do Corpo S. por ter espancado a um sujeito; outro do mesmo nome, escravo de Jose Antonio Gomes Junior, pela 1.ª patrulha de Fora de Portas por igual crime, feito em outro preto; Martinho Antonio dos Santos, pardo, pela 1.ª patrulha da Madre de Deus, por insulto a umas mulheres; Domingos,

escravo de Anna Maria de Jesus, e Vicente, de D. Francisca Theresa Gama, ambos também pardos, pelo Sub-Prefeito de Santo Antonio, por briga; Jose Maximiano também pardo, pelo mesmo Sub-Prefeito, por estar a meia noite dormindo defronte do Theatro; Luisa, preta, escrava de Ursula de tal pela Guarda da Ribeira da Boa vista, por ebria, e insultos as familias; Manoel Jose Rodrigues, branco, preso de minha ordem, por furto de cavallos; Bento Jose da Costa, Indio, pelo Sub-Prefeito de Curitiba, pelo mesmo crime; e Manoel Pereira Leite, branco, preso por ordem minha, por estar ebrio, sendo Commandante de hume Escolta, que conduzia um preso a minha presença.

Não consta que occorresse mais novidade.

Deos Guarde a V. Ex. Prefeitura da Comarca do Recife 11 de Setembro de 1837.

Ilm. e Exm. Senhor Vicente Thomaz Pires de Figueredo Camargo, Presidente da Provincia — Francisco Antonio de Sá Barreto, Prefeito da Comarca.

EDITAES.

A Camara Municipal desta Cidade do Recife &c.

Faz saber, que no dia 28 do corrente terá principio a arrematação, por venda do edificio da actual Cadeia, e suas dependencias, nas quaes são comprehendidos os terrenos dos dous beccos contiguos, que formão a divisão do mesmo edificio; cuja arrematação he effectuada por deliberação do Governo da Provincia sob representação da Camara e de conformidade com o artigo 43 da Lei Provincial de 9 de Junho do corrente anno: os pertencentes deverão comparecer competentemente habilitados na casa de suas Sessões, para que, segundo as condições que forem acceitas, se possa realizar o contrato avista, ou a prazos.

E para que chegue a noticia dos mesmos, si passou o presente, que será publicado.

Pago da Camara Municipal da Cidade do Recife 6 de Setembro de 1837.

Joze Machado Fieire Pereira da Silva.

Pro Presidente.

Fulgencio Infante d'Albuquerque e Mello, Secretario.

O Doutor Manoel Teixeira Peixoto, Juiz de Direito do Crime, Presidente do Tribunal de Jurados da Comarca do Rio Formoso da Provincia de Pernambuco pelo Regente em Nome do Imperador Constitucional o Senhor D. Pedro 2.º que Deos Guarde &c. &c.

Faco saber, aos que este virem que na Sessão Ordinaria, do Tribunal dos Jurados, teve principio em 15 de Julho, e se feixou em 2 de Agosto deste anno, foraõ multados na conformidade do Art. 313 doCodigo doProcesso Criminal por faltarem a Sessão, e não apresentarem excusas suficientes, os seguintes Senhores Jurados, no grão maximo, que he a quantia de quarenta mil reis, Joaquim Cavalcanti d'Albuquerque e Mello, João Ferreira Chaves, Jose Noberto Castelo Branco, Manoel Pereira Guimarães, Paulo Pereira de Albuquerque, Antonio da Fonseca Souza Lins, Jose Pinheiro Salgado, João Carlos da Silva Guimarães, Manoel Vicente Callado: foi multado no grão medio, que he a quantia de vinte mil reis, João Lins Machado: foraõ multados no grão minimo, que he a quantia de dez mil reis, Manoel Dias Ferreira, Manoel Cavalcanti Barreto, João Fernandes de Albuquerque e Mello, Lourenço Jose Tavares, Bernardo Jose da Camara, Francisco Xavier Paes de Mello, Fernando Francisco de Aguiar Montarós, Manoel da Rosa Vieira, Joze Thomaz da Silva, Francisco Cavalcanti de Albuquerque e Mello, Pedro de Mello e Silva. E para que chegue a noticia de todos mandei passar o presente que vai por mim assignado. Com

o Sello deste Juizo, que ante mim serve, ou valha sem Sello Ex causa, aos trez dias do mez de Agosto de 1837. De- cimo sexto da Independencia do Imperio do Brasil. Eu Manoel Antonio Coelho de Oliveira Junior Escrevi o Subscrevi. Manoel Teixeira Paixoto

EXTERIOR.

Com a chegada do Paquete Inglez Pandora, foram-nos communicadas ontem a tarde algumas noticias, de que só damos agora o seguinte por não permittir mais o e-paço.

Insurreiçãõ em Portugal.

A 14 do corrente (Julho) se receberam em Lisboa noticias de que algumas tropas aquartelladas nas Aldeas proximas a Braga, tinham prendido os seus officiaes, e proclamado a Constituiçãõ de D. Pedro. O Governador do Porto recebeu immediatamente ordem para reunir toda a sua força disponivel, e marchar contra os insur- gentes. Encontrou-se ao mesmo tempo na pessoa d'um Dr. Suizo um papel, que continha uma lista de pessoas de Lisboa, que conspiravão para restabelecer a Carta. Esta lista produzia a prisão de todas as pes- soas n'ella nomeadas, à excepção somente d'alguns individuos, que receberão aviso a tempo de effectuarem a sua fuga. Entre estes diz-se ter sido o Marechal Saldanha, que se refugiou em casa de Lord H Ward de Walden. Affirmava-se com certeza em Lisboa na noite de 19, que o Barão d'Almago Commandante em Che- fe do Porto, que tinha marchado contra os insurgentes, se havia passado para elles com todas as suas tropas. A' testa d'esta contra-revoluçãõ se achão o Barão de Leiria, o Barão de Setubal, o Coronel Ser- pa Pinto, e o Barão de Cassilhas. Os ministros tinham pedido, e obtido das Cor- tes poderes extraordinarios. O Habeas Corpus está suspenso; a publicaçãõ de todas as gazetas, e impressos prohibida, excepto com expresso consentimento do Governo, e este acha-se authorisado para contrahir empréstimos até a somma de 500,000 ls. por quaisquer meios que jul- gar convenientes.

(Sunday Times.)

Candidatura á Regencia:

Pela leitura dos ultimos numeros do jo- nal de Frei Bernardo não he difficil perce- ber-se que a questãõ, que hoje occupa quasi exclusivamente a sucia dos balofos, he a da eleiçãõ do novo regente, cuja é- poca parece avizinharse. Se reflectirmos que desde o dia em que tomou posse da re- gencia o Exm. Sr. Diogo Antonio Feijó, em 24 de outubro de 1835, os inimigos jurados de todo o principio de ordem e de prosperidade, recorrião a toda a especie de intrigas e calumnias, para desacreditar a administração firme e illustrada daquelle benemerito cidadão; se observarmos que elles tem ha tempos a esta parte redobrado os seus esforços, ou seja por meio do jo- rnalismo assalariado por huma facção igno- bil e turbulenta, ou seja por meio da pa- lavra em lugares, que, devendo ser con- sagrados somente á verdade e ao patriotis- mo, tem sido prostituidos á mentira e á vingança, não poderemos deixar de con- cluir, com toda a probabilidade de acer- tar, que entre elles existe hum ponto de controversia já decidido, e vem a ser, que o Exm. Sr. Diogo Antonio Feijó não deve ser reeleito.

Confessamos que huma tal decisãõ era muito de esperar, e que ella honra, e a- pura ainda mais o merecimento, e os ser- viços do actual Regente. Como poderião de- jejar a continuação da sua adminis- traçãõ, homens que não se distinguem por qualidade alguma sobre e elevada? O que presenciamos nos todos nós, quando elles dirigirão os negocios publicos, ou quando nelles exercereão alguma influencia? Sem repetir as vinganças baixas e detestaveis, que tomaraõ, sem mencionar as persua- gões horroscas que fizeraõ, pergun- taremos, qual foi o melhoramento que

projectaraõ, qual foi a medida util que conceberão, quaes foram as suas vistas po- liticas? Em verdade, a administração do actual Regente he huma censura viva, constante, insupportavel dos actos da sucia dos balofos!! Esta administração imme- diatamente que entrou em exercicio, cui- dou logo de reconciliar entre si todos os brazileiros de merecimentos e de virtudes, que tinham sido até então despresados e perseguidos, e de chama-los a tomar par- te no serviço de seu paiz, e alguns delles tem correspondido perfeitamente às espe- ranças do governo actual, tem desmentido completamente o conceito do anterior, ou seja na presidencia de provincias, ou seja no exercicio de outros empregos im- portantes. A administração a qual decla- rou francamente no manifesto de 24 de ou- tubro de 1835, quaes erão os principios que julgava conveniente prescrever-se em politica e em administração, e fiel a todas as suas promessas, não tem deixado de sustenta-los e de desenvolve-los a despeito das contrariedades que lhe tem opposto os homens e as cousas. O acto adicional, esta garantia e penhor da união das pro- vincias, talvez tivesse já recebido hum golpe de destruição, se por ventura se não receasse a resistencia legal da adminis- traçãõ que em virtude delle foi creada. No meio da rebelião de duas provincias, re- bellião que foi legada pela administração passada, deraõ-se providencias tão op- portunas e acertadas que o Pará já se acha restituído ao gremio do imperio, já ali começa a renascer a confiança, e com ella a prosperar a agricultura, o commercio e a industria, e o Rio Grande do Sul estaria inteiramente pacificado e no mesmo esta- do do Pará, se acontecimentos extraordi- narios e imprevistos não viessem a par de huma obstinada, caprichosa e desleal op- posiçãõ ás medidas do governo, transtor- nar e inutilisar os planos mais bem medi- tados e concebidos, destituindo de toda a força moral os fracos e tardios recursos, que se tem concedido e animando espanto- samente as esperanças e a audacia dos di- sidentes. Pareceria que huma luta tão re- nhida e prolongada absorvesse todas as at- tenções do governo, e que não lhe restas- sem momentos para applicar a outros ob- jectos reclamados pelas necessidades pu- blicas; mas a verdade he que sem faltar aos seus deveres em relação a aquellas du- as provincias, a administração actual não se tem esquecido de assumpto algum de interesse e de utilidade para o paiz. A industria, a agricultura e as artes tem en- contrado nesta administração apoio e pro- tecção. As obras que decorão a capital, nunca receberam maior impulso; as pon- tes, as estradas, os caminhos publicos, nunca estiverão em melhor estado, nem em tempo algum se cuidou com tanto dis- creto e assiduidade destes meios de com- munição por terra; os barcos de vapor que tantas vantagens promettem ao com- mercio, foram contractados durante a ad- minis tração actual. Sabios brazileiros via- jão para instruir-se nos ramos de sciencias de que o Brazil mais necessita para seus melhoramentos materiaes, e brevemente se recolherão, trazendo e vindo plantar entre nós os fructos do seu estudo e ob- servações. A agricultura, este manancial perenne de riqueza, quantos sacrificios não tem merecido ao governo! Leão se os relatorios da repartição do Imperio, a- presentados ás camaras legislativas em 1836 e em 1837, e conhecer-se ha que em tão pouco tempo não podiaprehender-se nem fazer-se tanto como se tem empre- hendido e feito, se a administração do Exm. Regente o Sr. Diogo Antonio Feijó, não reunisse a huma illustração fina hum zelo e huma actividade sem limites. Con- cordamos, pois, em que nada era tão na- tural como que hum cidadão dotado de qualidades tão eminentes e tão raras nestes tempos de corrupção, e que tem já pres- tado tantos serviços, não agradasse a a- quelles que só são grandes na in- trigas, e que só mentalmente podem viver á custa da miseria e dos males publicos.

Mas perguntaremos ainda, acaso estará a sucia dos balofos accorde no novo can- didato á regencia? Duvidamos. O or- gulho que os domina será entre elles hum elemento de perpetua desunião; cada um delles não reconhecerá senão em si pro-

prio, titulos e merecimentos para se lhe conferir tão elevado cargo. Consta-nos mesmo que alguns nomes tem sido já re- geitados, estes porque tem ideas originaes, aquelles porque depositão quando gover- naõ, outros porque querem locupletar-se no exercicio do emprego. As vistas do maior numero parecem estar pregadas em quem já tem dado provas do que he. Forte e inflexivel, quando teve hum mi- nisterio com taes qualidades em 1831 e 1832; duvidoso e tibio, durante o minis- terio dos quarenta dias; doutrinario, im- prudente e sem tino, logo depois e ultima- mente... transfuga de hum alto emprego, quem deixará de convir em que he elle a capacidade, diante da qual todos deverão curvar-se, porque todos poderão ter seu tempo de governar? He provavel, alem disto, que em suas peregrinações não de-ixe elle de enfrontar-se na politica da San- ta-Alliança, e de beijar o pé á Sua Santi- dade, habilitando-se desta arte para sal- var no Brasil o trono e o altar!!!

(Do Parlamentar de 29 de Julho.)

Mudança de Presidentes.

Por maiores cautellas que adoptem al- guns membros da opposição balofa, por mais que enfeitem os seus discursos, e por mais que se caucem em persuadir que o amor da patria e da liberdade he quem dirige e anima a sua voz na tribuna, as suas verdadeiras e genuinas intenções tran- sudaõ em todos os seus pensamentos, pa- lavras e obras. Ainda hontem gemeu sob hum despotismo de ferro, a patria e a li- berdade, quando elles estiverão á frente dos negocios do estado, e já hoje se atre- vem a invocar em seu auxilio estes nomes respeitaveis e sagrados! Quem, quem a não ser algum necio, poderá acredita-los? Ainda se arrastão, aleijados e mutilados, pelas ruas desta cidade, os redactores de jornaes que ousaraõ censurar a adminis- tração de que algum delles fizeraõ parte, e que levou o excesso de orgulho ao ponto de proclamar-se, e de crer-se infallivel! Ainda soão em S. Paulo os gemidos das victimas, que, com hum recurso pen- dente, foram immoladas pelos carrascos, que hoje alardeão sentimentos de humani- dade e de filantropia, sem lhes valer con- tra o "quero" dos monstros que ora se disfarçãõ, nem a justiça, nem a lei que os protegia!! Está por ventura na natureza das cousas humanas huma conversão tão repentina? Não podemos acreditar que as suas intenções sejão puras, quando el- les com hum rancor, que não podem oc- cultar, pedem, entre gritos desentoados e ameaças insolentes, a demissão de varios presidentes de provincias. O Sr. senador José Martiniano de Alencar he aquelle que tem sido o objecto principal da ira e do fu- ror da opposição desde a sessão passada, e nesta, não ha ainda muitos dias, que elle servio de assumpto a largas e calorosas discussões. Não podem contestar-se os serviços relevantes que tem feito este pre- sidente, a quem se deve o socorro de que hoje goza a provincia do Ceará, e por is- so os seus inimigos veem-se obrigados a re- correr á sua arma favorita, a das calum- nias, para desacreditar-lo. De que he que elles o arguem? Dizem os perversos que foi elle quem mandou assassinar Pinto Ma- deira. Entretanto, a verdade he que el- le tomou todas as precauções para que Pin- to Madeira fosse entregue no juizo, onde devia ser processado e sentenciado, man- dando o acompanhar por huma força que o defendesse de quaesquer tentativas que se ousassem contra a sua vida, e expedio ao mesmo tempo todas as instrucções ao juiz da culpa para que não se preterissem for- mulas algumas no seu processo. Que mais podia fazer hum presidente que se achava na distancia de quasi duzentas legoas do lugar onde se proferio e executou a sentença de morte contra o infeliz Pinto Madeira? Como podem ser lhe imputados e attribui- dos os erros e os crimes de autoridades sub- alternas, a quem aliás elle procurou ins- truir no cumprimento de seus deveres? A outra culpa, que se faz ao Sr. senador Alencar, he a de ter expedido hum regu- lamento policial, que em hum dos seus artigos concede hum premio de 200\$000 ao official de justiça que prender a qual-

quer criminoso dos que pertencem á classe dos prepotentes, mandando pagar este mesmo premio se o criminoso for morto em acto de resistencia. Não sabemos em que hum tal disposiçãõ offenda a justiça. O premio he concedido pela prisão e não pela morte do criminoso, e apenas se de- clara depois que o official de justiça não perderá o direito a recebe-lo, quando suc- ceda matar o criminoso em acto de resis- tencia, como he permittido pelo código penal, sendo, sem duvida, obrigado a justificar as circunstancias que, nos termos da lei, devem eximi-lo de culpa. O Sr. senador Alencar pôde consolar-se dos des- gostos que tem soffrido, e dos trabalhos a que se tem resignado, com a certeza do bom conceito que delle fazem os homens imparciaes e amigos da prosperidade do Brasil. O que valem a par d'isto as voze- rias dos Climacos e dos Vasconcellos, dos Pontes e dos Ibiapinas? Dão-lhes quaes- teja no Ceará hum presidente que ha de oppor-se com todas as suas forças e influ- encia aos planos de ambicão e de interesse que lhes proporcione a época da eleiçãõ que está proxima!!

(A' pedido, idem.)

CORRESPONDENCIA.

Srs. Redactores. — Apesar dos repeti- dos elogios, que ouvia dar por algumas pessoas ás espantosas habilidades de Mr. Vely, apesar dos encomios, que na Eu- ropa se lhe tem feito, e que apparecerão traduzidos em o Diário de Pernambuco, não sei, que prevençãõ me punha suspen- so o juizo; e quando me recordava da lo- gração, que aqui nos pregou hum celebre Mr. Fortier, confesso, que sentia certa disposiçãõ para não crer em quantos estran- geiros apparecessem, impingindo-nos ga- to por lebre: mas na noite de 8 deste mez fui ver Mr. Vely. Com effeito este ho- mem raro indemnizou o respeitavel Publi- co do desgosto, que causou a todos a má representaçãõ da Peca, alias digna d'ou- tros executores. Que forças extraordinarias! Que desembarco em seus movi- mentos, que potências Hérculeas appren- tou Mr. Vely! He baldia entre nós d'al- guns, que tem ido á Europa, ainda que fosse só a Lisboa, o meno-prezarem tudo quanto por cá nos apparece, dizendo, por ex. que em qualquer rua, ou beco da Li- boia, e muito mais de Paris estão-se vendo duzias de Velys, e de outros mu- tos superiores. Não, não entendo, que isto seja exacto. A capacidade humana tem seus limites, como o tem tudo: que não goza dos attributos do infinito; e Mr. Vely he hum homem de forças extraordi- narias, e espantosas, e será admirado em toda a parte, em que apparecer.

O Redactor do Carapuceiro.

VARIEDADE.

SONETO.

Oh! Sete de Setembro, em que ufanos
Festejamos contentes o teu Dia,
Com quem todos fazemos sympathia,
Só por vermos-nos livres de tiranos!
Acabados por Ti terríveis planos,
(Não daquem, e dalem a antipathia)
E's da nossa vontade a sua guia,
Que mui bem a conduz dese-jeis annos.
E tu oh minha Patria venturosa!
E's Pernambuco das Nações mais forte,
O Dia he teu, applaude-o gloriosa.
Poi tua Independencia a nossa sorte,
Ese a Lizia, tua emula ambiciosa,
Houveres de a ceder, prefere a morte.
Por J. C. R. C.

AVIZOS DIVERSOS.

Santos & Companhia, proprie- tario da Typografia da rua da Cruz do Bairro do Recife, casa n. 36, chegan- do-lhes ao conhecimento que algumas pes- soas, indiscretas, ou mal intencionadas, lhes tem attribuido a edição de um mon- truoso aggregado de producções infames e impias, nas quaes se de-acatão do modo mais atrevido e descarado a Religião, e a moral publica, debaixo do simples titulo de Collecção de Poesias Portuguezas. Per-

nambuco, na Typografia da Ponte: =de-clarão altamente que por nenhum modo consentirão que seja ebulhado da gloria de semelhante publicação o seu verdadeiro Elictor: declarão mais que os tipos da sua Typografia são ingleses, e os daquelle obra são francezes: declarão final-mente que por estarem dispostos a fazer somente edições, que sejam dignas d'elles, e do publico, todas as obras, que sahi-rem do seu prelo, levarão a frente, co-mo tem lavado algumas que delle tem sa-hido, e com lhes prescrevem as Leys os nomes de seus proprietarios, que são San-tos & Companhia.

Precisa-se de alugar um ou dois pretos forros ou captivos, para trabalhar em uma padaria, na rua dos Quarteis D. 6.

Precisa-se de 1 menino portuguez, que tenha pratica de venda: na rua velha D. 32.

Conduzindo um preto um bahu com roupa e dinheiro dentro, da rua da cadeia para a do collegio, desapareceu, roga-se a qualquer pessoa que o tenha re-cebido por engano, ou delle souber, di-rija-se a 5 pontas D. 23, que será gene-rosamente recompensado, e se lhe dará todas as signaes.

O abaixo assignado avisa ao Snr. arrematante de 20 por cento da agor-ar-dente, do termo da Cidade de Olinda, que deixou de vender o dito g-nero em sua venda em Olinda na travessa que de-ce para o albugem n. 55, desde o ultimo de Julho do corrente.

Manoel José de Bastos.

Precisa-se alugar uma casa para uma pequena familia, no lugar da passa-geira da Magdalena, por um anno ou 6 mezes: na rua nova armazem de traste De-cima 26.

Deseja-se fallar com os Srs. Anto-nio Joaquim Pacheco Torres, e Jose Ja-quim Gomes de Araujo; queirão annun-ciar as suas moradas.

Perdeu-se um meio bilhete da Loteria do Seminario de Olinda de n. 506, roga-se ao Sr. Thesoureiro da mesma, de o não pagar, sendo que seja premiado senão a Antonio José Fernandes da Costa, que justifica como lhe pertence.

Quem quizer dar 800,000 por 50 milheiros de tylo de alvenaria, dando-se todos os mezes 20 milheiros indo bus-car na ollaria; annuncie.

No largo do Terço n. 10, se pre-cisa de uma ama, que tenha bom leite, e seja captiva.

A pessoa que precisar de um ar-mazem para por capim a venda, ficando responsavel o dono do armazem, pelo capim que lhe for entregue; a quem este negocio convier annuncie.

Uma pessoa que tem algum co-nhecimento de Geometria, e que tem sido iustado para ensinar, propõe se a dar lições desta sciencia, tendo lugar a primeira no dia 25 do corrente: adverten-se que se insinará não só a parte neces-saria para a Academia, como o curso inte-ro: os pretendentes dirijam-se a praça da Independencia loja n. 39, que ali se lhes dará qual a pessoa que isto se propõe.

Ap si a que levou as mostras de bicos de linho branco, queira fazer o fa-vor de as levar na rua nova a loja de Di-dier Robert e Companhia.

Joaquim Jesé da Motta e Cruz, com loja de vidraceiro, e oculista, no beco dos Pecados Mortaes D. 4, offerece os seus serviços a quem delle pretiar.

Precisa-se de 500,000 a juros com hypotheca em dois escravos, a quem con-vier annuncie.

Quem perdeu uma colher de chã, de prata, dirija-se ao armazem de vidros ao lado da cadeia, que dando as signaes certos lhe será entregue.

A pessoa que annunciou querer trocar um muleque de 9 a 10 annos de idade, por uma escrava, dirija-se a rua da sanzala nova no segundo andar junto a P. Lopes, ou no beco largo, loja de alfayate.

Quem precisar de uma ama para casa, dirija-se a rua do Jardim D. 10.

Precisa-se do um feitor, que tra-balhe, e trate de vacas, para um sitio na Magdalena: na rua das agors-verdes sobrado D. 10.

Quem annunciou no Diario de 12 do corrente, querer 600,000 a juros de 2 por cento ao mez, por tempo de 6 mezes, com hypotheca em uma casa, di-rija-se a esta Typografia.

O Sr. L. D., que ficou restando 11,000 em uma venda na rua velha, resto de 20 libras de vellas de sparmacete, quei-ra hir pagar, senão vera o seu nome por extenso publicado.

O abaixo assignado roga a todas as autoridades Policial, ou a quem o co-nhecimento deste chegar, ou tenham por noticia, que no dia 4 do corrente lhe fu-gira do seu sitio de Pernamerim um cabra por nome Pedro de idade de 25 annos, com os signaes seg-uintes: alto, bastante cheio do corpo, curto de vista tem na mão esquerda 6 dedos, levou calça de es-topa, e camisa de chita azul, e um cha-peu de seda a ja uzado, cujo cabra he na-tural do riacho do sangue, e se supõem que tenha tomado adirecção ao mesmo lugar de onde veio, pois que o abaixo assignado se responsabiliza, a pagar todas as dispo-zas que com o mesmo se fizer e alem dis-so gratificará os conductores, levando-o a rua do Queimado loja de Fazenda D. 2.

Fernando Joze Rodrigues Ferreira.

Na noite do dia 9 para 10 do cor-rente, desapareceu do porto detraz do Theatro, uma coisa grande com os si-gnaes seguintes: ja um tanto velha, tem um rombo de 5 a 6 palmos no incala-mento, duas cabeças de caverna fora do paneiro, e toda corrida de alcestral, e es-to de baraba; quem della souber, diri-ja-se a rua dos Quarteis D. 4, que será bem gratificado.

Em O nda casa n. 30 na ladeira da bica de S. Pedro a subida a direita, se aluga uma boa canoa de carreira.

Aluga-se uma casa durante o tem-po de festa no posso da panella na melhor rua, quem della precisar dirija-se a loja de ourives na rua da Conceição do Recife de Joze Francisco Marinho.

Aluga-se p lo tempo da festa uma casa rebacada e cayada, com duas salas, e neo quartos, cozinha, grande quintal com alguns arvoredos de fructo dentro do cercado do engenho S. João da Varzea, e na margem do rio capibaribe: quem o pretender annuncie, ou dirija-se ao sobrado do dito engenho.

Precisa-se de 1500 rs. a juros de 2 por cento ao mez pelo tempo de 4 até 6 mezes sob boa firma: quem os quizer dar dirija-se a Praça da Independencia D. 53, que se dirá quem os quer.

Aluga-se por tempo de Festa hu-ma casa de pedra e cal, moderna, com hum mirante, quintal murado, portão, eacimba, na rua da Casa forte defronte da Igreja da parte da sombra: na rua do Fogo D. 8 lado esquerdo entrando do pateo de S. Pedro.

NAVIOS A CARGA.

Para o Aracaty

A veleira Sumaca Feliz Americana segue viagem até 26 do corrente, e ain-da recebe alguma carga, quem quizer carregar; dirija-se a rua da cadeia a fol-lar com Francisco Fideles Barroso, na loja de Sá Eantão.

COMPRAS.

Uma manga de vidro de palmo e meio de diametro, pouca mais ou meno, que sirva para por em relógio de banca: quem a tiver annuncie.

VENDAS.

Collecções dos numeros premiados da Loteria do Livramento: na Praça da Independencia loja de Livros n. 37 e 38, 320 reis.

Uma escrava crioula de 14 annos de idade, com principio de co-tura, e de renda: na rua do Pozario D. 6.

A parte de uma casa terrea, sita na rua por detraz de Joé, lado do nascent-te: na seraria de João Antonio Baptista Muniz.

Uma morada de casa terrea sca-

bada a pouca tempo, com sótão e sacada, quintal murado, eacimba propria, e com muitos commodos, sita na rua do Jardim junto ao mesmo D. 12: na rua nova armazem de louça fina D. 12.

Omuito velhoiro Brigas Escun-denominado Livramento, forrado em cavilhado de cobre: na praça da Boa-vista sobrado D. 4.

Sirjas de seda de bom gosto para coletes: na rua do Queimado loja do Carioca.

Um optimo sobrado de um so andar, com commodos para uma grande familia, com grande quintal e bom banheiro de pedra e cal, sito no lugar do varadouro junto ao balco: na rua dos Quarteis D. 4.

Um terreno no atterro dos affo-gados, de parte da maré pequena, com 100 palmos de frente, e fundos até capi-baribe: na rua das Agors-verdes sobrado D. 10.

Duas mulatas, e duas negras com habelidades, sendo uma d'esta casada com um preto caçoeiro, remador, e cozinhei-ro, que tambem se vende; e igualmente a posse do 150 palmos de terra em S-nto Amaro, com 640 palmos de fundo: na Boa-vista no beco do Vras junto a casa do Capitão Padilha.

Folhinhas para o anno de 1838, curiosas e recreativas a 480, ditas de Jus-tiça com o dois Codigos a 400, ditas de G.N. contendo regulamento e lei da re-forma eum dicionario para consultar-se o contexto do regulamento a 400, di-tas dedicadas as Senhoras Brasileiras a 320 ditas de feitiçaria branca ou segredo cu-riosos habelidades raras e jogos de socida-des a 400, ditas Constitucional e nacio-nal a 520, ditas de algebrá a 160, ditas de porta a 160: na rua nova loja de Fre-derico Chaves.

Primeiro e segundo annos Mathe-matico por Mr. Besout, 2.º dito por Mr. La Croix, Dicionarios grandes de Vieira de Inglez para Portuguez, e de Portuguez para Inglez, Historia de Inglaterra em Inglez, e em 5 volumes por Birkw obra enriquecida com os retratos dos Princi-paes Membros do Parlamento Theatro de Regnard, em Francez, e em 4 vol. Fa-bulas de La Fontaine, Henriade de Vol-tai e Mestre Francez de clamopim, Filo-zofia por Ponelle, Dicionario de Francez de Portuguez para Latim tudo por preço commodo na Praça da Independencia loja n. 39.

A Galera Americana Rogor Willi-ansja arrematada em Lisboa, forrada e cavilhada de cobre, com os mastros, 4 correntes de ferro 2 ferros grandes, e ser-ges tudo em bom uzo, no Escritorio de Joseph Ray, rua do Trapixe n. 13.

Uma escrava moça bonita figura quem a quizer dirija-se a rua da Alegria de frente da casa do d'essa o pé de uma que volta ao beco do asogue.

Uma barritina prompta para G. N. e um corream de lustro, com ferra-gens douradas: na Praça da Independencia loja n. 10.

Azeite doce de superior qualidade na rua da bica de S. Pedro em Olinda em casa do Affidior, canada a 2880 sendo por medida velha.

Uma escrava crioula, idade 18 a 20 annos pouca mais ou menos, sabe co-zinhar com perfeicão, engomma; lava de sabão, cose, e faz diversas qualidades de doce: na rua Direita sobrado de 3 andares por cima da botica de Ignacio Neri da Fon-ceca, no segundo andar D. 11.

Uma bal nça com conxas e um ter-no de pezo de ferro para armazem de as-sucar ou de couros no armazem de assucar na rua do Encantamento n. 99 que achara com quem tratar.

Um negro moço, bom canoeiro, e trabalhador de enxada, e tambem um muleque crioulo, de 13 a 14 annos, pro-prio para qualquer officio: na rua nova, loja do Caldereiro D. 14.

Uma preta de muito boa figura, ainda moça, disposta para todo o serviço, sabe cozinhar engommar, e ensaboar, e cose alguma coisa: na rua nova D. 13 segundo andar.

Uma negra de nação, idade 16 annos, cozinha o diaio de uma casa, engomma lizo em saboa muito bem de sa-

bão, agil para todo e qualquer serviço: na rua de S. Thereza D. 27.

ESCRAVOS FUGIDOS.

No dia 8 do corrente fugio um escravo de nome Francisco, nação Mu-camb que, altura regular, alguma con-za cheio de corpo, de algumas marcas de nação pelo rosto, e corpo, com idade de 35 annos, este preto veio da Parahiba a pouco tempo; quem o pegar leve ao beco da lingoeira n. 4, que será bem recom-pensado.

Desapareceu no Domingo 10 do corrente, um muleque de bom tamanho, sem pratica nenhuma nesta provincia, por ter vindo de outra: casa alguma coisa com-prida, baços grossos, vestido com Cami-za de algodãozinho, e serouta de algodão dateria; quem o pegar leve a rua do cres-po D. 5, que recebera alviqua.

Fugio no dia 4 do corrente uma escrava de nome Maria de nação bica, alta e cheia do corpo, bem preta, rosto reluzente; qualquer pessoa que a desco-brir levem ao beco largo da Matriz de S. Antonio D. 7, que será generosamente recompensado.

No dia 23 de Agosto fugio uma escrava de nome Maria, e de apelido ca-brita, seca do corpo altura ordinaria, per-nas finas representa ter 18 annos para 20 de nação congo, levou vestido de xita ver-melho carmeim com resquinhos preto mu-lto fininhos, sem panno, hontem foi en-contrada nos Affitos, tomando o cami-nho da casa forte qualquer pessoa ou capi-tão de campo a queira entregar a sua Se-nhora a Viuva de Lial de Barros.

No dia 30 de Julho desapareceu um preto crioulo estatura alta cheio do corpo idade 30 annos cor fula dentes a ber-tos sem serem a limados he official de es-pateiro quem o descobrir levem na rua do Cabuga loja de ourives de Manoel Antonio Gonçalves que será generosamente recom-pensado.

200,000 rs. de gratificação a quem trocar o moleque João, por alcuinho goxini, tem os signaes seg-uintes: he ca-noeiro, idade 20 annos pouca mais ou me-nos, cara redonda, olhos piquenos em covados, testa grande, estatura regular, seco do corpo, sentura fina, canelãs das peras com algumas fistulas de feridas, que ja teve, fala bem e-pevitado que pa-rece crioulo; desapareceu em Abril de 1836: os apprehendedores o entregarão a Joze Carvalho da Costa, morador na rua do Trapixe casa D. 10 de frente do caes da Lingueta que pronto satisfar o que promete.

Fugio do poder de Ignacio Bento de Laola, um preto da Nação Moçambi-que, boa estatura, corpo esbelto, com um brinco em uma orelha, de nome Be-nedito com officio de padeiro: a pessoa que o apprehender o pode entregar a João Pereira da Silveira com botica na rua do Rosaiio e estreita, que será recompensa-do.

MOVIMENTO DO PORTO.

Navio entrado no dia 11.

PARAHIBA; 6 dias, Sumaca Nac. S. Joze Viagante, M. Tuhmaz Joze Per-eira, carga lenha, dono Manoel Joaquim Costa.

ASSU; 48 dias, Brigas Escuna N.c. Aracaty, M. João Antonio e Silva, carga sal, dono Antonio Joaquim de Souza Ribeiro, passageiros 4.

R. G. DO NORTE; 6 dias, Sumaca N. Temiridade, M. Joaquim Joze, carga algodão, dono Manoel José Ferreira.

Sahido no dia 11

BAHIA; Brigas Sardo Souton, Mestre G. B. Mogan, carga sal.

Observações.

Fundiou no Lamairão o Paquete Inglez Pandora, Commandante Roberto Wiler, de Falmouth em 58 dias.

PERN. NA TIE DE M. F. FARIA — 1837

INTERECE PUBLICO.

CORRESPONDENCIA.

Sr. Redactor.

Ninguém ha, que, na crize actual em que se acha o Brazil, se possa julgar tranqulamente seguro ao abrigo das Leis; por que a penas apparece a constante lucta do interece privado (que he o que nos tem estrangulado) a paz; a doce paz, que respira no casal o mais pacifico, la vai ser evadida, e perturbada pelos embates de hum aventureiro, que nada arriscando aos azares de suas aventuras; vai toda via muitas vezes comprometer a dignidade e boa fé de quem previamente assentou de ellaquiar. O caso, que por via dos seus prelo, vou expor ao respeitavel Publico, confirma o que venho de dizer, Sr. Redactor: he para esse Respeitavel Tribunal sensor que appello; e muito estimarei, que pessoas iruditas sobre elle digão alguma coiza. Sendo eu a proprietaria da Fazenda da Barreta, situada, como aqui se sabe, a margem da Cambôa donde lhe tira o nome; contigua a essa minha fazenda existe hum outra propriedade, da qual he consenhor Jozé Rodrigue de Oliveira Lima; e mais adiante desta está a Irmda da Sra. da Boa Viagem, que tem entorno de si humas cazinhas, chamadas de rumeiros, para onde concorrem algumas familias desta Cidade a passarem a festa do Natal. A minha fazenda por estar, como dice, a margem da Cambôa, tem hum grande armazem com guindaste, que recebe, e embarca as caixas dos Engenhos, que estão por aquella circunferencia; de maneira, que quando dava tranzito a ponte dos Carvalhos (que se está agora reedificando) o rendimento do meo Trapixe chegava a 2:000\$000, como farei ver dos meus livros, alem de 60, a 100 vacas, vulgarmente de leite, e mais cultura, que me dá hum rendimento consideravel: este rendimento, que he geralmente sabido, foi fazendo que crecesse a inulação de José Rodrigues de Oliveira Lima, a hum ponto de inventar quanto pretexto lhe podia sugerir a sua desmedida ambição, para fazer perder o vallor da minha propriedade, e augmentar a da que elle he consenhor: firme n'essa sua resolução, lembrou-se d'hum ensejo favoravel. Sabendo elle que o Padre Mestre Laurentino hera hum dos passadores de festa na Boa Viagem, e hum grande parte de sua parentela; ao mesmo tempo Deputado Provincial; ajuntou-se com o Major Jozé Gomes Ferreira, Administrador d'essa Capella da Boa Viagem, para requererem, e pedirem a Assembléa Provincial, que lhe mandasse abrir hum canal por dentro da minha propriedade, principiando da Cambôa á fundar no dito lugar da Boa Viagem, para se levarem dos encomodos, que seu-

tião na condução das coizas necessarias ao comodo da vida. Notte porem na delicada direcção, Sr. Redactor, que deu o Lima a sua bolla, para carambollar portabella, fez que a abertura do pretendido canal lhe passasse a porta, para as bordas delle erigir armazem, e guindaste para caixas, com o que faz perder o vallor da minha propriedade; por que os Engenhos achando hum Trapixe mais perto hum quarto de legera, buscão necessariamente o seu comodo, e vem o Sr. Lima a tirar a vantagem, que eu tinha então: deixemos porem as reflexões, que aqui cabião fazer-se para ao depois, e continuemos nos resultados do gigantesco plano do Sr. Lima. Afecto o requerimento a Assembléa, em o qual atthesse queixarão de hum figurado esbulho, que meu fallecido marido havia feito aos moradores da Boa Viagem, com huma ficticia obstrução do leito do rio Jordão, rezolveu a Assembléa que — Reconhecião a Justiça dos requerentes; e que se dirigissem elles ao Ex.^{mo} Presidente da Provincia (1) para este fazer cumprir com elles a Lei Provincial de 10 de Junho de 1835: foi quanto bastou para se conceder a vencedor. Dirigio-se o Sr. Lima a S. Ex., que a ningem mais ouvindo, mandou ao Engenheiro o Sr. Firmino, marcar o canal por dentro de minha propriedade, sem me dar, como se costuma dizer, satisfação alguma. Em consequencia, dirigilhe hum requerimento, mostrando-lhe que quanto lhe representaraõ hera falso; que na minha propriedade nunca passou, por onde se dizia, o rio Jordão, e que tal rio nunca existio, que o que havia a penas, hera huma fonte, que nassia das faldas dos outeiros dos Gararapes, e corria pelas varzias, que estão huma milha queze a Oeste da Boa Viagem, a qual desagoa no rio Ibura; e que o unico beneficio que se podia fazer hera o, esgotarem-se as aguas pluvias, que se depositavão perto da Igreja, o que se podia fazer sem o grande dispendio de canal de navegação &c. &c.; mandou S. Ex. informar ao Sr. Inspector, e afinal, a vista d'essa informação, indifirio-me, o que deu lugar a faler-lhe este outro.

¶ Illustrissimo, e Excellentissimo Sr. — A Supplicante Dona Ignacia Maria Xavier e filhos, tornaõ á insistir na reclamação de seo Direito; e estão convencidos de que só as mais subtilezas capciosidades, poderaõ ter illudido a prespicacia de V. Ex. Indefirindo-lhes V. Ex. o seo requerimento, a vista da informação do Inspector, mas, seja ella qualquer quer for, que pouco importa saber, por que ella he zero na questão vertente, os Supplicants vaõ mostrar, respeitosamente, a V. Ex. com Lei vigente, que esta Presidencia não está authorizada ainda á deliberar a abertura do canal, e ao presistir na affirmativa, imposta o mesmo, que fazer huma descoberta invazão do Poder

(1) A Assembléa invadio certamente aqui o § 12 do Art. 179 da Constituição, que manda manter a independencia do Poder Judicial, e e usurpou as prerrogativas d'esse Poder; por que não contendo a petição menos do que a queixa d'hum esbulho, de que se queixavão os requerentes, não hera da competencia do Poder Legislativo julgar da justiça delle, e nem tão pouco o Exm. Presidente da Provincia, que he Delegado do Poder executivo.

Judiciario, que he independente, e hum ataque no Direito de sua propriedade. Antes porem que se demonstre o que vem de dizer-se, cumpre, que se destinga primeiramente as circunstancias de que o caso se reveste, que por se terem confundido, he que tem parecido, que toda a decisaõ delle pertence á V. Ex., quando pelo contrario está dependente da resolução de dous poderes, do Executivo, e do Judiciario. Debaixo deste Ponto de vista se parte, para confessar-se, que V. Ex., na qualidade de Delegado do Poder Executivo, he com effeito a Authoridade legitima, e a competente para mandar executar a Lei Provincial de 10 de Junho de mil oitocentos trinta e cinco, pelos agentes nella instituidos; mas esse acto, sendo dependente de outro, que lhe deve preceder, não pode ser posto em execução, ou reduzido á effeito, sem que outro Poder o determine. A citada Lei de dez de Junho, tendo dado a forma, e modo da Abertura das estradas, canaes de navegação, incanamentos, de rios, e outras muitas disposições, que seriaõ tediozas de enumerar, não deo a forma da verificação da necessidade Publica, que hé o acto premordia, e nem tão pouco declarou á que Poder competia o seu conhecimento, nem os agentes que se deviaõ encarregar dessa verificação, onde se deduz, que a Lei Constitucional de nove de Setembro de mil oitocentos e vinte seis, he sem contradicção a vigente para se elucidar a verificação da necessidade Publica: seja licito áos Supplicants referirem a sua disposição —

Art. 1.º A unica excepção feita a plintude do Direito de propriedades, conforme á Constituição do Imperio. Titulo oitavo, artigo cento e oitenta e nove, paragrafo vinte e dois terá lugar quando o bem Publico exigir o uzo, e emprego da Propriedade do Cidadão, por necessidade nos casos seguintes — Defesa do Estado. Seguranca Publica. Socorro Publico em tempo de fome, ou outra extraordinaria calamidade, Salubridade Publica.

Art. 2.º Terá lugar a mesma excepção quando o bem Publico exigir o uzo, ou emprego da propriedade do Cidadão, por utilidade previamente verificada por acto do Poder Legislativo nos casos seguintes. Instituições de caridade, Fundações de casas de instração da mocidade, Comodidade geral, Decoração Publica.

Art. 3.º A verificação dos cazos de necessidade, á que se destinar a propriedade do Cidadão, será feita á requerimento do Procurador da Fazenda Publica, perante o Juiz do domicilio do Proprietario; mas a verificação dos casos de utilidade terá lugar por acto do Poder Legislativo, perante o qual será levada a requisição do Procurador da Fazenda Publica, e a resposta da parte.

Art. 4.º O valor da propriedades será calculado, não só pelo intrinseco da mesma Propriedade, como da sua localidade, e interesse que della tira o Proprietario, e fixado por arbitros nomeados por o Procurador da Fazenda, e pelo dono da Propriedade.

Art. 5.º Antes do Proprietario ser privado de sua propriedade, será indemnizado de seu valor.

Art. 7.º Fica livre as partes interpor todos os recursos legais.

Pelo Art. 3.º desta Lei, se reconhece claramente, que dous foraõ os fins que o Legislador teve em vista áo tempo de sua promulgação, como de

sua letra se vê; o primeiro o de acautelar o abuzo que della se podesse seguir em prejuizo da Fazenda, quando por ventura se pertendesse a sombras de interesse Publico faser algumas dessas obras, da qual não resultasse se não interesse particular, de hum, ou outro somente, o segundo o de garantir por hum modo o direito de Propriedade do Cidadão, que por maneira alguma fosse lezo.

Foi por esta razão que o citado artigo terceiro da Lei mandou, que a verificação dos casos de necessidade, á que se destinasse a propriedade do Cidadão, fosse feita a requerimento do Procurador da Fazenda Publica, por que, sendo este hum agente Fiscalizador dos interesses da Fazenda, cuja posição não sofre a mais leve suspeita de promover seo particular interesse; levada, e esmerilhada ella no Foro Contenciozo, onde representão como partes interessadas, o Procurador da Fazenda, e o Proprietario, perante o seo Juiz domociliario, nenhuma suspeita restavaõ a respeito della. Não assim pertendendo hum outro particular verificar a necessidade, com manifesta usurpação, das attribuições do Procurador da Fazenda, e por hum modo tumultuario, em que se não guardaõ as regras, em Direito dadas; por que então apparece a bem fandada suspeita, de que não o bem Publico, e sim o seo particular interesse, o moveo á exercer, e representar huma função, que lhe não competia. Pelo que se tem didusido, fica demonstrado, que com quanto seja V. Ex., a Authoridade competente para mandar abrir o canal nos termos da Lei Provincial, de 10 de Junho de mil oito centos trinta e cinco, toda via não o pode ainda fazer, sem que se ventille primeiramente no Foro contenciozo a verificação de sua necessidade, nos termos do já citado Artigo terceiro da Lei Constitucional de nove de Setembro de mil oito centos vinte e seis, que não está derogada pela Provincial. Além deste precedente primario, que nada he menos, do que hum Decreto do Poder Judiciario, onde pelas alegações, e debates se convencem os contendores (o Procurador da Fazenda, e o Proprietario) da verificação da necessidade; resta ainda hum outro, que he a liquidação do preço da propriedade, e sua previa indenisação, nos termos do paragrafo vinte, e dois do Artigo cento e setenta e nove da Constituição, desposição esta que não pode ser revogada por Lei Secundaria alguma, por ser Constitucional. Como pois determinar-se a abertura de hum canal, na propriedade dos Supplices, sem precederem as formolas em Direito decretadas, para se lançar mão do uzo della, e sem serem ouvidos, e convencidos? Como lançar-se mão da propriedade do Cidadão, sem que se o embolce primeiramente de seo valor pelos tranmites da Lei? São pois estas as primeiras diligencias que devem preceder, para haver lugar então o exercicio do Poder de V. Ex., sem o que he perturbar, e invadir a armonia, e independencia do Poder Judiciario. Foi a vista destes principios incontestaveis que os Supplices discerão, que pouco importava qualquer que tivesse sido a informação do Inspector, por que elle não he pessoa competente, para informar acerca do Direito que elles disputão: seo Officio nada influe na questão controversa, elle em fim só o exerce depois de verificada a necessidade do local, e depois de serem indenizados os Proprietarios do preço da propriedade, quando finalmente pertence já a

Propriedade á Nação, e já não ha lugar, a reclamação alguma do ex proprietário: suas obrigações estão marcadas claramente na Lei Provincial, e não passão de examinar o terreno, mostrar o lugar mais conveniente, por onde se deve abrir os canaes, estradas, pontes, e rios; e dar-lhes as direções mais rectas; mas informar a respeito da verificação da necessidade; isto não he de sua competencia, e só das privativas attribuições do Procurador da Fazenda, conferidas pela Lei. Onde existirão as garantias do Direito de Propriedade, se hum Inspector por si só decedisse da sorte dos Proprietarios? Se o acaso permitisse, que todas as Provincias tivessem a fortuna de ter hum, como o que agora temos, descansados estariam os Proprietarios, ao abrigo só de sua honra; mas no instante que outro lhe succedesse, elles se poderiam julgar sem garantia alguma, pela possibilidade de não ser o outro revestido das mesmas virtudes. A vista do que fica demonstrado he de esperar, que V. Ex., tomando em seria consideração huma questão de tanta transcendencia, resolva-a com aquella prudencia, e madureza, que deve presidir á todos os seus actos, para que não resulte o descer V. Ex. da alta Dignidade, que tão dignamente exerce, e converter-se em hum perfeito Exultador, dando por isso lugar á hum sempre doloroso desforçamento incontinente, como a Lei lhes permite, pois não obstante o ter V. Ex. forças á sua disposição; os Supplicantes se considerão com mais forças, que são as forças da Lei, contra as quaes se não pode resistir. Elles finalmente esperão que V. Ex., mandando já subrestar nas ordens, que á dado a tal respeito, remeta a questão para a Authoridade legitima, perante quem protestão mostrar, que na abertura do Canal, que se pretende, não ressumbra se não o particular interesse de dous individuos, á hum dos quaes he o, de augmentar o valor de sua propriedade com o canal, que lhe passa, as bordas do qual pretende erigir hum trapixe de receber caixas; e á outro augmentar olucro de huma Capella particular, que administra, com o transporte de mar. Excellentissimo Senhor: o principio consagrado no Titulo terceiro. Artigo nono da Constituição do Imperio, he na verdade o chephe d'obro do entenlimento humano: na que tão controversa conhece-se no mais ligeiro lance de vista a sua immensa magnitude. Se adevizaõ, e harmonia dos Poderes fosse religiosamente guardada, as garantias dos Supplicantes offerecidas nesse Pacto Social, não estariam ameaçadas por hum arbitrio tão estranho. Ille nessa Ancora Sagrada, em que se arrimaõ os Supplicantes, para com ella pedirem a V. Ex., que os não esbulhe dos Direitos que ella lhes confiro, o que esperão da prudente Sabedoria, e imparcialidade de V. Ex. E. R. M. — Informe o Senhor Procurador Fiscal, a vista da informação do Inspector Geral das Obras Publicas, que por esta Secretaria lhe será remetido. Palacio do Governo de Pernambuco, vinte e oito de Agosto de mil oitocentos e trinta e sete. — Camargo — E mais se não continha em dito requerimento, e despacho, tudo aqui transcripto de verbo, adverbium, que em Tabelaõ Publico abaixo assignado, bem, e fielmente fiz passar em publica forma do proprio original, que o entreguei á pessoa que me o apresentou, e ao mesmo original me reporto, e vai na verdade, sem cousa que duvida faça, por mim proprio, e outro Official abaixo assignado, conferido, e concertado, na forma do estilo, subscri-

pto, e assignado em Publico, e raso de meos signaes seguintes, de que uzo nesta Cidade do Recife de Pernambuco, aos trinta dias da mez de Agosto do Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo da mil oitocentos e trinta e sete, Decio Sexto da Independencia e do Imperio do Brazil. Concertei.

--- Guilherme Patricio Bizerria Cavaleanti.

Bem sencivel, Sr. Redactor, me foi o dirigir-me á S. Ex. essa segunda vez por hum modo tão vigoroso; mas a illazaõ em que o haviaõ posto hera tão forte; que ainda assim S. Ex. prezistio em mandar absolutamente picar as cercas de minha propriedade, e derrubar-me mangues, para abrir o canal, ao que immediatamente obstei-lhe, aventurando-me aos terriveis effeitos de huma conflagraçaõ feita por S. Ex., que devia ser o primeiro em vellar na guarda da Constituiçaõ, e dos direitos dos Cidadãos! Agora sou informada, que S. Ex. mandou medir as braças de terra que occupará o canal, para me mandar pagar; mas S. Ex. ainda labora em dous erros. O primeiro he supor, que elle por si só pode por em accaõ a Lei Provincial de 10 de Junho de 1835; e que esta Lei revogou os Art. 3, e 4, da geral de 9 de Setembro de 1826. O segundo he pensar, que com huma bagatela se me pago o espasso de terra que occupa o canal. No primeiro caso he preciso que S. Ex. se convença d'huma vez, de que a Lei Provincial de 10 de Junho, não se pode por em execuçãõ, sem que se não cumpra o Art. 3, da Lei geral de 9 de Setembro de 1826; isto he, sem que se verifique no Fôro contencioso a necessidade da abertura do canal para comodo geral e Publico. No segundo cumpre que S. Ex. dê mais pezo, ou emportancia ao vallor desse espasso de de terra; por que reconhecido que a abertura do canal por dentro da minha propriedade, lhe faz perder o preço e rendimento, ao mesmo tempo que vai fazer augmentar o valor da propriedade do Sr. Lima, eu tenho em tal caso de abandonar a propriedade, e na forma do art. 4 da Lei citada de 9 de Setembro de 1826, tenho de protestar contra a Fazenda Publica por 40:000\$000, que por tanto ainda não dou a minha propriedade. Nem se pence que he excessivo o vallor; elle he regulado por a Lei, que manda avalear os predios pelo producto das rendas de 20 annos; e mostrando eu pelos meus livros que só o Trapixe me rende 2:000\$000, os quaes necessariamente venho a perder com a abertura do canal, está a Fazenda responsavel a indemnizar-me d'esse prejuizo. Não he pois somente o expasso da terra que occupa o canal que se me deve pagar, a Lei diz assim, tornemos a reteril-a-i-bi. O valor da propriedade será calculado não só pelo intrinseco da mesma propriedade, como de sua localidade, e interece que della tira o Proprietario. — Isto alem de outro ainda maior que tiro na conservação de 60, 80, e 100 vacas, das quaes mando a vender nesta Cidade o leite. Alem disto S. Ex. deve lembrar-se que n'essa abertura de canal não se gasta menos de 12:000\$000; e a mais, por que com menos não se abre hoje hum canal navegavel de quize meia legoa de comprimento com serventes de duas patacas, e ordenados de Administradores; e que ainda depois d'elle aberto tem infalivelmente a Fazenda Publica de gastar annualmente não menos de 2:000\$000 com a sua conservação; por que o fluxo, e refluxo das sgoas, com a passagem do gado que ali pasta, infalivelmente vai-lhe quebrando as bordas ou ribanceiras, e vai

aterrando demançira, que o tornará innavegavel: ora, e para que este sacrificio da Nação? Para se augmentar o valor de humsa propriedade particular, e comodidade de meia duzia de familias, que passão a festa na Boa Viagem? Será por ventura o recreio de meia duzia de familias, que constitue utilidade, e comonidade geral? Ninguem haverá que o diga, a excepção dos entereçados. Para se demonstrar, que á Boa Viagem se não deve dar essa concederação basta lembrar-se, que a mesma estrada geral não passa ali; o seo caminho he particular, e acaba na mesma Boa Viagem; basta em fim reconhecer se que os seus moradores, esforçando-se por tirarem entre si humsa subscrição, para a abertura do canal, não poderão todos juntos offerer mais de 22\$000: ainda para tanto foi mister que algumas familias das que ali passão a festa assignasse humsa 20\$000, outra, outros 20\$000, outro 10\$000, como se mostra dos Diários que correm impressos nesta Cidade. Seria melhor, que S. Ex. se dirigisse ao lugar, que não he tão longe, para reconhecer a falta de sinceridade dos requerentes, e não lhes dar tanto assepio, com comprometimento de sua administração, concorrendo para hum reconhecido extravio das rendas Publicas: se S. Ex. se quizer dar a esse trabalho, estou certa que enxetá de pejo, e vergonha esses requerentes; conhecerá, que essa vertente, a que chamão rezivelmente o rio Jordão, nunca passou nem passa pela Boa Viagem; e que as agoas que ali se achão são pluvias, como ja lhe informou hum engenheiro; que cecaõ pelo veraõ; e que n'essa estacaõ, elles a vaõ buscar entãõ a essa fonte. Se porem S. Ex. se não quizer dar á esse trabalho (ao que por certo não he obrigado) entãõ parece que a sua dignidade não se deve arri car a uzurpar as attribuições do Poder Judiciario, a cujas excellencias me antolho só, com o me detremina a Lei. He só á esse Poder independente, representado por sabios Jurisconsultos á quem compete a verificacão da necessidade; reconhecida p'is previamente por esse Poder insigne; entãõ sim, eu obedecerei, e deixarei que se execute dentro de minha propriedade todas as ordens de S. Ex.: excusando-se tão bem previamente comigo o § 22 do art. 179 da Constituição do Imperio, do contrario, não; não consinto, e bem pode dar S. Ex., as ordens que quizer; por que na Lei eu tenho infinitos recursos, com que obste quantas ordens illegaes elle der a tal respeito. Hia-me escapando, Sr. Redactor, dizer que S. Ex. nem ao menõs se regulou pela Lei Provincial de 10 de Junho; elle nem mandou orçar a obra do canal, e nem a poz em Praça. Sirva-se pois inserir tão bem essas duas certidões, humsa das quaes prova o que vem de dizer-se, a outra he a informacão do Engenheiro, que, sendo mandado examinar o terreno; o imaginario rio &c. &c. por S. Ex., informou-lhe, que elle não vio vestigios alguns de rio que tivesse passado nunca pela minha propriedade, a firmando em conclusão, que o que encontrou forão agoas pluvias empoçadas, como costumão estar pelo inverno por toda a parte, cujas agoas; a pesar de não ter a minha eza merecido tanta concederação de S. Ex., como a do Sr. Lima, que o honrou em humsa Portaria com o nome do principal Proprietario da quelle lugar, toda via me offereço para as tirar a custa de minha fazenda, e sem dispendio algum da Nação, nem prejudicar a propriedade alheia. Assim, Sr. Redactor, tu-

do de mim se conseguirá; porém d'outro modo? !... não me poupo em sustentar meus direitos: apezar de ser humma Sra.; tola via ou humma Pernambucana tão rezolucta, que não exieto gastar na questão 30, 40, ou 50 mil cruzados, sem sacrificio algum de minha casa, com tanto que faça ver ao Sr. Lima, que elle a minha presença não ellude asuctoridades, e nem tão pouco se áie de arrogar a considerações, que lhe deem aquella importancia, que elle não tem.

Eis pois, Sr. Redactor, como se consomem as rendas Publicas: eis por que se tem enxido o pavo de tributos, para a sombras de comodidade geral, e enterece Publico, beneficiar-se as dons particulares com o dinheiro da Nação! Eu me persuado que o Sr. Doutor Procurador da Fazenda deve estar muito attento nesta questão: que de observação deve estar tão bem o Sr. Doutor Promotor para propor as accusações que a Lei lhe manda por semelhantes abuzos, assim como pelos excessos, e excoções de ordens illegaes, cujos executores estão todos reponcaveis; e eu mesmo os não pouparei, cazo se não abstenhaõ, e contennem a entrar tu nuturiamente por arrombos para dentro da minha propriedade.

Sirva-se pois, Sr. Redacto, enserir essas peças que lhe envio, pelo que muito lhe ficará agradecida

Sua Patricia e C.

Ignacia Maria Xavier.

Diz D. Ignacia Maria Xavier, que precisa, que por esta Estação das Obras Publicas se lhe dê por certidão por quanto foi orçada a obra do canal de navegação, que mandou abrir o Presidente da Provincia da propriedade da Supplicante denominada -- Barreta -- athe o lugar da Boaviagem, e bem assim por quanto foi assentada, e por quem.

P. ao Illm. Ssr. Inspector
lhe mande dar dita certidão.

E. R. M.

Passe do que constar. Inspeção
das Obras 30 de Agosto de 1837.
Moraes Ancora.

Certifico que do Arquivo do Gabinete Topographico da Inspeção Geral das Obras Publicas, nada consta do que pede a Supplicante D. Ignacia Maria Xavier, no requerimento supra; em fé do que passei a presente certidão como segundo Escripturario da Administração Fiscal, em cumprimento ao Despacho recto Inspeção Gersl das Obras Publicas 30 de Agosto de 1837. — Elias Joze Martins Pereira.

Illm. Snr. Inspector das Obras Publicas,

Diz a Viuva D. Ignacia Maria Xavier, que lhe faz a bem por Certidão a Portaria do Governo da data de 10 de Junho do corrente anno, dirigida a V. S. para fazer abrir hum canal da Boa Viagem ao Passô da Barreta, e bem assim o teor da informação que ao mesmo Governo deo o Tenente Antonio Izidio, a respeito da pretensão da abertura do mesmo canal; portanto.

P. a V. S. lhe mande
passar a certidão requerida

E. R. M.

O Sr. 2.º Escripturario passe do que
constar. Inspeção das Obras Publicas 18
de Agosto 1837.

Moraes Ancora.

Certifico que revendo o masso de Portarias do mez de Junho proximo passado, existente no Arquivo do Gabinete Topographico da Inspeção Geral das Obras Publicas, achei a Portaria e informação de que faz menção a Supplicante Dona Ignacia Maria Xavier, no requerimento reto, cujo teor he o seguinte: A vista da incluza representação do Administrador da Capella de Nossa Senhora da Boa Viagem, proprietarios, e habitantes do mesmo lugar, do parecer da Comissão de Comercio, Agricultura, e Artes approvado pela Assembléa Legislativa Provincial, e finalmente em presença das disposições da Lei de 10 de Junho de 1835. O Senhor Inspector Geral das Obras Publicas fará abrir em dita Povoação hum canal em linha reta até encontrar o rio salgado no lugar do Peço, para nelle desagoar o rio Jordão. Se porem encontra nessa direcção algum inconveniente por via do terreno o removerá procurando o lugar mais vantajoso, a fim de que se não conservem nas campinas d'quelle lugar estagnadas as aguas, que insalubre tornão a sobre dita Povoação, procurando finalmente sobre o mesmo Snr. Inspector, qual a coadjuvação, que querendo dar os assignados da supracitada representação, se em dinheiro, ou em servissos de trabalhadores, a fim de que se leve com brevidade a effeito esta obra para a qual requezitará o que necessario for. Palacio do Governo de Pernambuco 10 de Junho de 1837. --- Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo. --- Illustrissimo e Excellentissimo Snr. Em observancia a Portaria, que V. Ex. dirigio-me com data de 17 do mez proximo passado a representação, e mais papeis, que ora devolvo a V. Ex., relativos ao negocio, de que tratao o Administrador da Capella, proprietarios, e habitantes da Povoação da Boa Viagem, em a qual ordena-me, que eu dirija-me a esse lugar a examinar esse negocio, e informe com o meu parecer; tenho a honra de informar a V. Ex., que no dia 10 do corrente dirigime á referida Povoação, e passando a examinar o que tra-

cta a representação incluzia, observei ser verdade, que no centro desta Povoação existem varios lagos provinientes da muita chuva que houve no mez passado, e entre elles notei hum maior, que ficava proximo a hum sitio em cujo lago desagoava huma levada, que tinha communicação com o rio Jordão, e que me disserão alguns habitantes ser este lugar onde tiravão agoa para sua serventia, e se banhavão no tempo de Festa; e por estar o terreno bastante alagado, não pude ver vestigio algum do leito desse Rio: a penas vi no terreno a propriedade de Joze Rodrigues de Oliveira Lima que fica contigo a Povoação, huma outra levada, que disse-me elle ser o leito do mesmo Rio, e pelas agoas das chuvas, estava bastante cheia, e por ella corrião essas agoas na direcção ao Paço da Barreta, que encontrando hum valado, que faz extrema com a propriedade do dito Lima, e dito Paço represavão, e alagavão todo o terreno, conservando-se estagnadas. Observei tão bem, que o terreno do Paço estava bastante alagado, e que nelle não havia vestigio algum do Rio; e alem destes alagados outros muitos nas vizinhanças da dita Povoação, proveniente das chuvas. A vista do que observei e vi, não posso collegir se com effeito o Rio Jordão passava pela Povoação, e ia ter ao Paço da Barreta; mais todavia vi, que elle vinha ter a dita Povoação por meio desta primeira levada de que acima falei. (1) Por tanto conhecendo eu quanto he prejudicial a saude dos habitante d'aquelle lugar a estagnação dessas agoas, e o quanto será util dar-se sahida a ellas com o que sessarão as epidemias e sezões que apparecem ali no tempo de inverno, sou de parecer, que se abra hum canal em linha recta, desde o lugar da Povoação aonde as agoas do Rio Jordão vão ter até o Rio que chega ao Paço da Barreta por ser esta a direcção mais curta, e por isso mais vantajosa para a condução das couzas, visto que a destancia do Paço a Povoação é de meia legoa, pouco mais, ou menos, e que este canal se communique com os alagados dessa Povoação; por que se elle for aberto, sem que chegue a ella, de pouca ou nenhuma utilidade servirá, e continuará a ser alagada, como está sendo. Se porem o terreno por algum inconveniente não prometter que o canal se abra em linha recta, e não tenha a inclinação precisa para dirigir essas agoas, poder-se-ha escolher nelle o lugar de mais vantagem para isso; e desta escolha poderá ser incumbida a pessoa, a quem V. Ex. encarregar esta commissão; convindo que V. Ex. para menos dispendio da Fazenda Publica, accite o offerecimento que fazem os Assignantes da representação. Este he o parecer, que tenho a honra de interpor a V. Ex., e tudo quanto tenho a informar. V. Ex. resolverá o que for mais justo, e consentano ao bem Publico. Deos Guarde a V. Ex. Inspecção das

(1) *Mais de preça se apanha o mentiroso, que o coxo. O Leito da vertente do Jordão, está, como se dice hum milha ao Oeste da Boaviagem: por huma levada é que trazem agoa d'essa fonte aos habitantes da mesma Boaviagem; e não se envergonha o Sr. Lima, e sucia de afirmarem, que o seu Leito passa aonde elles dizem; pois huma levada he Leito de rio? Apre! Veja o respeitavel Publico, como dismente o Engenheiro aos requerentes da Boaviagem.*

Obras Publicas 9 de Junho de 1837. Illustrissimo e Excellentissimo Senhor
Vicente Thomaz Pires de Figueredo Camargo, Presidente da Provincia ---
Antonio Egidio da Silva Inspector Interino --- He o que consta da referida
Portaria, e informação as quaes me reporto em fé do que passei a presente
certidão por vertude do Despacho recto. Inspecção Geral das Obras Publi-
cas 31 de Agosro de 1837.

Estavaõ reconhecidos.

Elias Joze Martins Pereira

Na Typ de M. F. de Farias, 1837.